

As representações do Outro nos livros didáticos de História, no Brasil e na Espanha: uma leitura inicial

NILTON MULLET PEREIRA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

1. Prólogo

As publicações didáticas têm sido objeto de grande preocupação por parte dos investigadores da área do ensino de História. O Brasil dispõe de uma ampla produção de livros que são distribuídos para todo o território nacional. Assim, todas as crianças e os adolescentes brasileiros aprendem História, sobretudo, através dos livros didáticos. Pensamos que o livro didático possui um papel de grande significação na formação histórica dos jovens e da cultura brasileira, quase tão significativa quanto o papel da televisão. Na Espanha, a realidade parece ser um pouco diferente, porém, nem tanto, já que o ensino de História, mesmo sem financiamento estatal, é levado a cabo, sobretudo, através da leitura dos livros didáticos. Minha investigação¹ pretende estudar como os livros mostram a Idade Média para os estudantes; como as publicações têm criado representações sobre o que os brasileiros e espanhóis supõem ser a Idade Média. Ao mesmo tempo, a pesquisa se ocupa de apresentar as imagens que os livros mostraram no passado e como essas imagens sobre a Idade Média e sobre os outros, especificamente os negros, se modificaram nos tempos atuais.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer algumas considerações acerca da questão do livro didático e de seu uso. Depois, vou realizar considerações sobre os medievais e os negros nos livros didáticos brasileiros. Em terceiro lugar, vou abordar os livros didáticos da Espanha, sobretudo, no que se refere às representações que eles constroem sobre os medievais e sobre os africanos. Em quarto, vou tentar realizar abordagens comparativas entre o ensino de História através dos livros didáticos na Espanha e no Brasil.

2. O livro didático

O livro didático assume, nos dias de hoje, uma significativa importância no ensino fundamental, no Brasil. Esse suporte didático, entretanto, não constitui objeto de mera veiculação de conteúdos de História, pelo contrário, revela-se como um produto cultural revestido de grande complexidade, na medida em que é resultado de um intrincado processo de seleção teórica, ideológica e comercial. Como produto cultural ele propõe modos para as novas gerações construírem um olhar sobre a história e, particularmente, um olhar sobre a Idade Média e sobre os Outros. Na atualidade, ao lado de veículos de comunicação como a

¹ Investigação realizada nos anos de 2006 e 2007, na UFRGS, teve como resultado a publicação do livro *Passíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História*, no ano de 2008.

televisão, a internet, os jornais e o cinema, o livro didático pode ser considerado uma importante ferramenta para a transmissão da cultura e para o estabelecimento de representações sobre quem somos e sobre quem são os Outros.

Nosso objetivo é discutir as representações que as publicações didáticas colocam em circulação na sociedade, sobre o passado medieval e sobre os negros. Portanto, nosso enfoque é saber como se tem construído imagens sobre os Outros em nossa sociedade e como isso tem a ver com a imagem que fazemos de nós mesmos: uma sociedade diversa e plural étnica e culturalmente.

A discussão que propomos é problematizar o livro didático como veículo de discursos há muito construídos no âmbito da nossa sociedade sobre Idade Média e que tem afirmado que o medievo não passou de uma época de caos e trevas, na qual ainda não se haviam formado nações e os homens europeus ainda viviam num estado de sono profundo, desde a decadência do Império Romano e a derrocada do mundo clássico. Na nossa opinião o papel do livro didático e a própria sala de aula de História deve ser de grande importância quanto à desconstrução das representações sobre a Idade Média que têm sido veiculados através de diversos espaços no senso comum da nossa sociedade.

3. Os medievais

A *Idade Média da cultura escolar* inclui um conjunto de noções cristalizadas sobre o medievo, que se prolongam desde muito tempo e que fazem parte da visão que renascentistas e iluministas construíram sobre a civilização medieval. Na *Idade Média da cultura escolar* pouco se fala do fantástico, do fabuloso, da magia e da fantasia, o que observamos é uma leitura recheada de generalizações e de preconceitos construídos a partir do olhar contemporâneo sobre o medievo. E isso tem, pelo menos, dois efeitos.

O primeiro deles é que esse conjunto de generalizações e preconceitos, de maneira mais geral, leva o aluno a construir uma visão da história como evolução e linearidade, percebendo o relato histórico como uma espécie de julgamento, que se dá conforme os conceitos válidos no presente. Logo, o presente passa a ser o critério de julgamento do passado, e se constitui como o ápice do desenvolvimento, a culminância de um processo evolutivo que vê o passado como a “origem embrionária”, o “germe a partir do qual tudo evolui” e, portanto, ainda em estado pouco desenvolvido: numa palavra, a origem é, ao mesmo tempo, o lugar onde tudo começou e o estado selvagem comum a qualquer estado original. O presente aparece ao jovem estudante como melhor do que o passado, daí a necessidade de sempre ver o mais recente como melhor e, principalmente, olhar para a realidade como uma sucessão de superações de um passado atrasado na direção de um futuro livre de contradições. O segundo efeito é fazer persistir a velha e ultrapassada idéia de que a Idade Média foi uma época de trevas, na qual a produção cultural fora pouco importante e sem significado para a formação do Ocidente.

A escola e os livros didáticos têm reproduzido as representações sobre a Idade Média que remontam à desconfiança e à negação da Ilustração em relação ao medievo, em favor dos valores positivos da Revolução Francesa.

Os livros didáticos constroem representações a partir de pelo menos duas práticas: uma é a da generalização; a outra o contraste. A primeira permite ao texto fazer generalização sem qualquer

conhecimento dos resultados da investigação histórica. Por exemplo, o conceito de feudalismo foi, em quase todos os livros, confundido com a Idade Média. Ou seja, o capítulo sobre o medievo foi, em verdade, o capítulo sobre o feudalismo. As especificidades espaço-temporais do feudalismo são completamente desconsideradas. O que se aprende sobre a Idade Média é que ela é o feudalismo, desde o século V até o século XV.

A segunda permite, ao autor do livro, levar os alunos a uma percepção de que há uma radical diferença entre os períodos históricos, por exemplo, entre o Renascimento e a Idade Média. Enquanto o Renascimento é mostrado como uma época de humanismo, grande produção artística e cultural, a Idade Média é, por contraste, mostrada como um período de guerras, religiosidade (tomada como algo negativo, em função de sua oposição à racionalidade da Ilustração), pestes e fome.

Um dos contrastes mais contundentes que vemos nos livros didáticos de História é entre o Renascimento e a Idade Média: a religiosidade versus a racionalidade; o antropocentrismo versus o teocentrismo... Enfim, o contraste ensina que na História existem sempre os dois polos (o bem e o mal), marcas de uma história que sempre estabelece juízos de valor, quando deveria ensinar a beleza das diferenças.

O estudo que realizamos, nos últimos dois anos, verificou mudanças bastante importantes desde as publicações didáticas do começo do século XX, até as publicações atuais. Passo agora a descrever essas mudanças.

a) A Igreja Católica é o ponto central das abordagens sobre a Idade Média. Desde os primeiros anos do século XX até hoje, a Idade Média ainda é definida e julgada pela atuação da Igreja. É verdade que existem algumas exceções, mas de maneira geral, a Igreja continua a ser vista como uma instituição que dominou completamente o medievo, sem deixar qualquer possibilidade de *linhas de fuga* ou rupturas, como se na Idade Média, tudo estivesse inevitavelmente vinculado aos interesses da Igreja. Essa centralidade da igreja é vista de três maneiras distintas: a) as publicações da primeira metade do século XX trata, em geral, da condenação da Idade Média, dando ênfase aos atributos da Igreja Católica em sua atividade de conversão dos "bárbaros" e a manutenção da ordem em um momento de caos. Na contramão do discurso marxista e da Ilustração e mesmo do processo de secularização da escola no Brasil, os livros didáticos tratam de proteger a Igreja e afirmar a importância dessa instituição para a sobrevivência da civilização. Podemos ver nas notas algumas citações desses livros.

Além disso, a Igreja Cristã é um padrão de civilidade e um modelo a ser seguido. Somente os cristãos cultivam a civilidade; os outros, tal como os islâmicos, são representados como aqueles os quais é preciso temer².

² "Todos os homens descendem de Adão e Eva; nossos primeiros pais podem ter vivido pelo ano de 10 000 antes de Cristo. (. . .) A história nos mostra a mão de Deus que tudo dirige para a sua glória" (VITÓRIO, 1943: 3-4).

"O começo dos tempos medievais, para a Europa Ocidental, foi um período de guerras, devastações e real retrocesso da civilização; mas, em breve, graças à religião católica, salutar reação se fez sentir; a Igreja converteu os bárbaros invasores, suavizou-lhes os rudes costumes e deles fez os vigorosos povos modernos, pela fusão dos elementos da civilização romana com a varonil energia dos invasores" (VITÓRIO, 1943: 170; F.T.D., 1939: 5).

(. . .) a Igreja converteu os bárbaros invasores, suavizou-lhes os rudes costumes e deles fez os vigorosos povos modernos, pela fusão dos elementos da civilização romana com a varonil energia dos invasores.

b) As análises das publicações dos anos 70 e 80, consideram a época do início da influência do marxismo nas publicações didáticas. Esse período é, justamente, o momento em que o regime militar agoniza e os grupos políticos de esquerda e os sociais democratas passam a exigir mudanças nas estruturas políticas do Brasil, tem início o processo de redemocratização. Nesse momento, os investigadores do ensino de História iniciam uma forte crítica à história positivista e ao ensino de História não comprometido politicamente. Para os pensadores dessa época, não era admissível que os professores de História não tivessem envolvimento com as questões políticas nacionais e não tornassem suas salas de aula espaços de discussão da situação dos grupos oprimidos da sociedade.

Assim, a Igreja se converteu em uma instituição totalmente maléfica para a sociedade medieval, tanto quanto se supunha que a Igreja era na atualidade. Nos livros didáticos essa instituição torna-se uma “senhora feudal”, parte dos processos de exploração dos populares, dos miseráveis e dos oprimidos³.

A estratégia continua sendo a mesma, a Igreja, considerada uma instituição monolítica e que tem um domínio muito grande sobre os homens medievais, desse modo, os marxistas não puderam ver a parte da cultura medieval que não estava ligada à igreja; também não puderam contemplar a cultura profana ou as grandes rupturas e perturbações pelas quais a igreja passou na Idade Média.

c) Nas publicações didáticas atuais observa-se um duplo movimento: por um lado ainda continua a visão, em geral marxista, que mostra a Igreja como a Instituição que domina totalmente a cultura e todos os aspectos da vida no medievo. Por outro lado, há um importante movimento de incorporação dos avanços historiográficos do século XX. Nesse sentido, é interessante verificar que os livros didáticos têm preocupações com citação de medievalistas reconhecidos, tanto literalmente, quanto como referencia; é considerada a diversidade da vida medieval; há uma relativização de conceitos antes considerados generalizações sobre o período, tais como o do feudalismo e o de sociedade de ordens.

A noção de feudalismo ainda se sustenta na matriz francesa, entretanto se diz claramente que se trata de uma situação particular e que o caso inglês, por exemplo, tem especificidades que o

Por isso é que o estudo da Idade Média é particularmente interessante: essa época se distingue de todas as outras por uma instituição característica que lhe é peculiar: o *feudalismo*, espécie de realeza na qual predomina a autoridade dos senhores; então, vê-se que só a Igreja permaneceu de pé, no meio de tantos poderes derrubados, e salvou a sociedade de uma ruína total. (VITÓRIO, 1943: 170)

(. . .) *“Ide e combatei”*, dissera Mahomet, a seus discípulos, ordenando-lhes de propagar sua doutrina, não pela mansidão e a persuasão, mas sim pela força e a violência. *“Eu vos envio como ovelhas em meio de lobos*, diz Jesus Cristo; *ide, ensinai as nações e fazei-lhes a praticar o que vos mandei.*” (F.T.D., 1923(b): 4)

³ Como a produção feudal era uma produção para o consumo, a Igreja proibia o lucro e a usura, e a sua palavra era a lei. Tudo no feudalismo se relacionava com Deus. O teocentrismo dominava toda a cultura medieval. Todo o pensamento fluía da Igreja. Era ela que monopolizava a cultura e a educação (PEDRO, 1978: 95).

Podemos perceber, portanto, através do que foi dito acima, que a política e a ideologia estavam articuladas com a economia na medida em que contribuíam para garantir o domínio dos senhores feudais sobre os servos (PEDRO, 1978: 95).

(. . .) a Igreja, durante a Idade Média, tornou-se uma instituição bastante poderosa, pois suas terras não eram divididas, como as da nobreza. Pode-se afirmar que a Igreja tornou-se a grande ‘Senhora Feudal’ da Europa. Ordoñez (1980: 138)

A Igreja foi a instituição mais poderosa da sociedade feudal (...). A riqueza era medida pela quantidade de terra que alguém possuía. A Igreja chegou a ser proprietária de dois terços das terras da Europa. Era a grande ‘Senhora Feudal’. Piletti (1990: 123)

conceito criado a partir do modelo francês não abarca⁴. A noção de uma sociedade de ordens é uma generalização bastante recorrente nos livros didáticos atuais, ignorando as mudanças pelas quais a sociedade medieval passou, sobretudo, a partir do século XI. O que vemos nos livros didáticos, desde o começo do século XX até o início do século XXI, é a pirâmide social que colocava os *oratores* no topo, os *bellatores* no meio e os *laboratores* na base. A noção de uma sociedade se estende por todo o medievo.

É evidente que a Idade Média da Península Ibérica segue sendo demasiado desconhecida pelos professores, pelos autores de livros didáticos e, sem dúvida pelos estudantes da escola básica.

4. Os negros

No Brasil, hoje, há um movimento muito importante para recuperar a história da África, a cultura dos africanos e dos afro-brasileiros. A lei número 10.639, de janeiro de 2003, foi uma conquista dos movimentos sociais. Ela determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana em todas as escolas brasileiras. Além disso, determina que o dia 20 de novembro deve ser considerado como o Dia da Consciência Negra⁵. Isto significa que os professores de História necessitam introduzir em seus programas a história e a cultura da África e dos afro-brasileiros. Mais recentemente, foi inserida na mesma determinação, a obrigatoriedade do ensino da história dos povos indígenas. Estas medidas de governo são uma resposta aos movimentos sociais de negros e de indígenas e dos indigenistas, que lutaram pela historicidade dos seus povos e de suas culturas.

Por outro lado, isso constitui um grande problema para os professores, para as universidades e para os livros didáticos, uma vez que a pesquisa da história da África é muito recente no Brasil. Nos cursos de Pós-Graduação de História é bastante difícil encontrar uma linha de pesquisa sobre a história da África antes dos descobrimentos. Já os povos indígenas, sempre estiveram apartados dos historiadores, porque sempre foram considerados tema dos antropólogos.

Esta medida está na corrente de reaproximação entre a História e a Antropologia⁶, fato que tem permitido novos e muito bons estudos de Antropologia Histórica e, sobretudo, que os historiadores possam se utilizar dos métodos da Antropologia para escrever a história. Os africanos e os indígenas passam a ser povos com história. Entretanto, sabemos que os professores de História e os autores de livros didáticos conhecem ainda muito pouco sobre ou quase nada sobre a história da África. É necessário realizar dois movimentos distintos, ainda que simultâneos: um é ampliar o acesso de professores e estudantes à história

⁴ (...) não iremos tratar de situações particulares que, mesmo no interior da região que demarcamos, possam exemplificar diferenças específicas entre as práticas feudais de uma ou de outra localidade. Como já dissemos, trataremos somente de questões globais relacionadas às formas de trabalho e às relações sociais daí decorrentes. (MARINO e STAMPACCHIO, 2005: 113)

(...) não significa dizer, como as vezes se ouve, que o feudalismo tenha sido um sistema social caracterizado pelo atraso. Como tantos outros, ele foi um sistema social de um tempo e lugar específicos. (...) nem melhor, nem pior, apenas diferente. (MARINO e STAMPACCHIO, 2005: 114).

⁵ O dia 20 de novembro é o dia da morte do líder negro mais importante da história brasileira, Zumbi de Palmares. Líder do Quilombo de Palmares, símbolo da resistência dos negros à escravidão. Nas escolas brasileiras, até então, o que se destacava como sendo a data da redenção dos negros era o dia 13 de maio, quando a Princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II, assinou a Lei Áurea, 1888, que terminou com a escravidão no Brasil. 13 de maio era o dia da história oficial, jamais uma data que lembrasse um líder negro, tão somente um presente dado aos negros.

⁶ Ver Le Goff, Jacques *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

da África e dos povos indígenas, este é o trabalho da pesquisa universitária, que deve colocar à disposição publicações sobre esses temas; um segundo movimento é de caráter político, uma vez que os professores precisam sentir a importância dessas histórias para a formação das crianças e dos adolescentes brasileiros. Neste sentido, os autores de livros didáticos também precisam redefinir seus conteúdos e seus posicionamentos políticos acerca da história. O grande desafio será escrever um relato histórico não etnocêntrico e tampouco eurocêntrico.

Os livros de texto, por longo tempo, construíram, no Brasil, uma visão bastante pejorativa desses povos e de suas culturas. Através de imagens, textos e atividades didáticas, os livros e os professores de História jamais permitiram que esses povos pudessem ver a si próprios e sentirem-se pertencentes a uma determinada cultura.

Por exemplo, desde crianças os negros são colocados diante de modelos de famílias de brancos, sempre de brancos, nem mesmo mestiços, somente brancos. As mudanças das representações sobre a família brasileira nos livros didáticos são muito recentes. As ações afirmativas dos negros pouco aparecem nos livros. Pelo menos até os anos 90, nenhuma ação afirmativa aparecia. A África fora uma região sem história, nem passado, nem futuro. A África somente aparecia na disciplina de História quando ocorrem os processos europeus de colonização, nos séculos XV-XVI e no século XIX. Os negros só aparecem relacionados ao conteúdo da escravidão, a identidade do negro se converteu em uma identidade naturalmente escrava. Existe uma confusão semântica ao se falar de escravos e de negros; as identidades de negros e escravos se tornaram as mesmas, no olhar das crianças que aprendem história nas escolas brasileiras.

Além do mais, a África não fazia parte dos currículos das escolas e das universidades, somente muito recentemente as universidades passaram a desenvolver investigações sobre a história da África antes dos colonizadores – África Antiga, África Medieval. Parece que na África não havia espaço nem tempo antes da colonização. Até então, as crianças e os adolescentes somente conheciam a África através da escravidão ou da fome, da miséria e da doença. Essa visão ainda é bastante reforçada pela televisão e pelo cinema.

O mesmo valia para os medievais, vistos como uma extensão da religiosidade católica – assim como os negros foram vistos como escravos; os medievais foram vistos somente como católicos e religiosos. A poesia, a filosofia, as heresias não faziam parte de algo chamado Idade Média. Os negros, para as publicações didáticas, apareciam como povos sem cultura, sem música, e sua religiosidade era considerada como superstição e, evidentemente, não aparecia nos livros didáticos da mesma maneira que eram mostrados o cristianismo ou as religiões dos clássicos. O livro didático de História cria um discurso sobre os africanos, os indígenas, os orientais e uma diversidade de outros povos e culturas, julgados conforme os modelos de civilidade determinados pela Europa da Ilustração. Ou seja, os homens modernos utilizaram uma sorte de metáforas medievalísticas para marcar a identidade dos povos conquistados. Afirma Le Goff que “os árabes e os asiáticos, por sua vez, descobrem-se aplicando todo tipo de metáfora medievalística, especialmente o vocabulário da cavalaria e da feudalidade. Colonizando esses primitivos e esses feudais, nós lhes demos as Luzes e os acordamos de seu longo sono medieval”⁷

⁷ Le Goff, Jacques (2004). *En busca de la Edad Media*. Buenos Aires: Paidós, p. 49.

5. Os livros didáticos na Espanha

O olhar que vou lançar sobre os livros didáticos da Espanha está limitado pelo seguinte: em primeiro, a leitura que realizo está circunscrita ao segundo ano da ESO (Escola Secundária Obrigatória), quando os professores ministram o conteúdo de Idade Média, mesmo que alguns livros de outros anos possam auxiliar e ampliar as análises e as abordagens comparativas entre a Idade Média nos manuais no Brasil e na Espanha; em segundo, procuro fixar a investigação nos livros dos últimos anos, sobretudo aqueles do século XXI e final do século XX; em terceiro, a pesquisa está limitada à região da Comunidade de Madri, principalmente.

As análises se dirigem a três questões da época medieval, já estudadas nos livros didáticos do Brasil. O problema da definição de Idade Média e do feudalismo, quando as definições espaço-temporais e as particularidades regionais; o problema da sociedade medieval, as mudanças possíveis e as implicações nas concepções de história que os alunos aprendem; o problema da cultura, ou seja, trata-se de saber como a cultura medieval é ensinada para as crianças e adolescentes.

É importante lembrar que o modo como se ensina Idade Média, bem como qualquer outro conteúdo, na verdade, se ensina menos o conteúdo e mais um método de olhar a realidade. O ensino tem a ver com a formação de uma forma determinada de ver o mundo, de ver a realidade, de formar conceitos para interferir no mundo. Por isso creio que o ensino de História é sempre menos de conteúdo e muito mais um método de ver o mundo, o outro e a si mesmo. Ao realizar as análises acerca dos três problemas referidos, gostaria de mostrar as consequências das abordagens dos livros didáticos para as visões de mundo dos estudantes, fato que marca os conceitos que as novas gerações irão utilizar para olhar sua realidade e seu passado.

6. O conceito de feudalismo

Os livros didáticos espanhóis estabelecem com certa precisão as datas de existência do feudalismo. Todas as publicações investigadas marcam o começo e o final do sistema feudal entre os séculos IX e XII. Isso significa que existe um tratamento adequado em termos de temporalidade. É muito evidente o período do feudalismo, justamente porque a distribuição dos conteúdos mostra a seguinte ordem: Império Bizantino, Império Carolíngio; o Islã e, depois, o feudalismo. Logo se reconhece que o feudalismo é apenas uma etapa da história da civilização medieval e não um sistema econômico e social que teve a mesma duração do Medievo.

Por outro lado, os livros didáticos analisados não têm nenhuma referência ao espaço do feudalismo, ou seja, as especificidades espaciais do mundo feudal não são consideradas. O feudalismo é tratado a partir do modelo francês, validado para todo o espaço da Europa Ocidental. Nenhuma referência às experiências particulares do feudalismo em regiões como Grã-Bretanha, sul da França, o *languedoc*, ou mesmo à Península Ibérica.

A Península Ibérica é uma região bastante diferente do modelo francês, portanto, com especificidades regionais que o modelo, reconhecido a partir da experiência francesa, não pode dar conta de explicar. É evidente que em toda a Europa e talvez fora dela, ocorreram experiências feudais que

reconhecemos como tendo muitas semelhanças, o que permitiu criar um conceito como o feudalismo, entretanto, mais recentemente, os medievalistas têm atentado para as dificuldades explicativas do modelo francês, que não abrange as especificidades regionais, tais como as regiões citadas anteriormente. Isso inclui também a própria França do sul, com a experiência dos senhores de *languedoc*, sua relação com a Igreja Cátara, etc.

É importante o fato de que o feudalismo seja visto apenas como um momento de toda Idade Média, mas a generalização é o recurso didático da simplificação que os livros didáticos não abrem mão, reduzindo a complexidade do feudalismo em suas especificidades regionais.

Aquí há uma consequência importante do ponto de vista da aprendizagem: o ensino de história tende a criar modelos e padrões, levando os estudantes a sempre buscarem na realidade e no passado uma lógica, uma coerência e um padrão que não é próprio da realidade do passado, (mas somente da teoria e do presente) senão somente da teoria e do presente.

7. A sociedade feudal

A caracterização da sociedade medieval está reduzida a um conjunto de relações que diz respeito somente a um momento específico da vida dos medievais e a um espaço também específico. Os livros de texto assumem o discurso religioso da época e, simplesmente, ensinam que a sociedade medieval é uma sociedade de ordens: os *oradores*, os *bellatores* e os *laboratores*. Nem mesmo a argumentação – muito adequada – de que a organização social foi produto do discurso religioso e que servira de *construto* ideológico dos grupos dominantes. Ao contrário, tal organização é considerada como produto da verdade criada pela pesquisa histórica.

A sociedade de ordens é tomada como sendo a sociedade que caracterizou a Europa Medieval durante os 10 séculos. As mudanças que ocorreram na Baixa Idade Média parecem não atingir a sociedade: tem a ver com a urbanização, com as cruzadas, com a arte românica e gótica, mas as mudanças sociais não aparecem, apenas está presente o surgimento da burguesia.

É interessante que todos os livros adotam o conceito romano de bárbaro para caracterizar, simplesmente, os povos germânicos. Apenas introduzem e mencionam que os romanos chamavam de bárbaros aqueles estrangeiros, que viviam fora das fronteiras do império. Nenhuma crítica ao conceito de bárbaro para se referir ao estrangeiro é realizada pelos livros, nem se questiona a utilização do conceito pela historiografia.

O tratamento da sociedade medieval é feito na parte em que se estuda o feudalismo, logo a sociedade medieval é a mesma sociedade feudal, sem fronteiras de espaço e tempo.

A consequência desta leitura é que as crianças e os adolescentes acabam aprendendo que as etapas, os períodos ou os modos de produção não são dinâmicos, são os mesmos do começo ao fim.

8. A cultura medieval

Existe uma boa diversidade de situações quando se trata de mostrar a cultura medieval, por parte dos livros didáticos. Entretanto, de um modo geral, as publicações concedem importância à cultura medieval. Em certos casos, na verdade, a cultura está reduzida à arte românica e gótica, ou seja, a uma abordagem da cultura apenas através de sua relação com a Igreja. Do mesmo modo, o aparecimento dos monges copistas construiu um caráter da cultura medieval como cópia dos clássicos, como se os medievais não tivessem nenhuma criação ou não tivessem ampliado as concepções e conhecimentos que herdaram dos clássicos.

Mas a tendência geral é abrir espaço para as manifestações diversas no medievo: é possível ver que, mesmo em um espaço reduzido, pode-se aprender sobre as canções de gesta, os trovadores, o nascimento das universidades, os romances de cavalaria... Ainda são tímidas as amostras da cultura profana, mas é importante referir que existe uma grande preocupação em caracterizar culturalmente cada etapa do medievo: o império carolíngio, o feudalismo, a Baixa Idade Média, assim como os bizantinos e os muçulmanos.

A organização do capítulo dos livros do 2º curso do ESO é, em geral, da seguinte maneira: primeiro, temos uma seção sobre os bizantinos; segundo, uma seção sobre os árabes, a formação do Império árabe e o Islã; em terceiro, uma seção sobre o império Carolíngio e, em quarto, uma seção sobre o feudalismo na Europa. Nesta última seção há uma pretensão em caracterizar o feudalismo na Europa como um todo, sem especificar as características das regiões. Depois, temos uma seção apenas sobre a Idade Média na Península Ibérica: trata-se de um panorama geral sobre a história da região, porém, sem relações evidentes entre o que foi o feudalismo especificamente na península, nem as relações entre o conceito geral do feudalismo elaborado na seção anterior e o feudalismo na Península Ibérica.

Trata-se de um modo muito distinto de tratamento da questão já que o aluno fica com a impressão de que não houve feudalismo na península; quanto às relações entre os nobres, os pactos de vassalagem, parece que não existiram no interior da história política da região. Pois o que se conta é, sobretudo, uma história política e cronológica da Península Ibérica a partir da formação do Al-Andalus até a reconquista cristã (o reino visigodo tem um espaço anterior). Apesar disso, existe um espaço bem significativo para a Idade Média dos povos da península, claro, com exceção de Portugal. Além do mais, há, ao final, um tratamento muito interessante sobre a cultura hispânica em geral, as influências árabe, judaica e cristã.

Enfim, é necessário dizer que a África não teve qualquer referência. Nenhuma temporalidade conhecida como África, de povos, pessoas e culturas que tenham vivido no mesmo espaço de tempo que os europeus. Da mesma forma a América não é citada, os grandes povos indígenas do outro lado do Atlântico são completamente desconhecidos dos jovens das escolas da Comunidade de Madri. Outro elemento interessante é que os povos germânicos são igualmente desconhecidos quanto às suas origens, cultura e modos de vida anterior à ocupação da Europa.

9. Epílogo

Creio que os livros de texto de história funcionam com uma série de silêncios, que produzem representações sobre aqueles os quais silenciam e também produzem uma série de estereótipos, de modelos, de padrões sobre os Outros. Por exemplo: qual é a inserção da história da América nos livros de texto espanhóis?⁸ Como as crianças e os adolescentes espanhóis aprendem sobre a África, no século XXI, no ano de 2008? O olhar sobre a produção didática da Comunidade de Madri, na Espanha, não autoriza dizer que existe qualquer preocupação de uma história dos africanos ou mesmo dos americanos, no medievo.

Esta é uma das diferenças mais evidentes com a produção didática do Brasil. Pois, recentemente, no Brasil, como já referimos anteriormente, existe uma preocupação de incluir no currículo, e, portanto, nos livros didáticos, a história dos povos africanos, como uma história da África. Evidentemente, trata-se de algo muito recente e nem mesmo os professores têm formação e informação para contar a história da África. Apesar do fato de que alguns livros de texto tentam, muito timidamente, inserir temáticas dessa história. Na Espanha não verificamos nenhum movimento de inserir a história desses outros povos, talvez as histórias contemporâneas da África e América estejam mais particularmente contadas nos livros, sobretudo, pela relação desses povos com a Espanha desde os tempos das conquistas.

O conceito de feudalismo apresenta diferenças e semelhanças nos livros de texto do Brasil e da Espanha. Quanto às semelhanças, vale a pena destacar o fato de que o feudalismo seja mostrado sem limites espaciais na Europa. Ou seja, o espaço europeu é cenário de um feudalismo modelar, no Brasil, nas últimas publicações, tem ocorrido uma tendência a relativizar o fenômeno do feudalismo em diferentes espaços europeus, mas o feudalismo é ainda conceituado a partir do modelo francês e, além disso, tal relativização está apenas na argumentação dos autores, nenhum exemplo concreto é mostrado.

Os livros de texto espanhóis têm uma delimitação temporal bastante significativa, o feudalismo aparece apenas como uma etapa da civilização medieval; nos livros do Brasil o feudalismo é o primeiro capítulo do estudo da Idade Média, dando uma noção para os estudantes de que o feudalismo é uma característica de toda a Idade Média.

Quanto às questões sociais, não existe qualquer diferença, os livros de texto da Espanha e do Brasil marcam a Idade Média com a marca de uma época de 10 séculos de uma sociedade dividida em ordens. Nem mesmo o nascimento da burguesia, que os textos mostram, ameniza o fato de que a sociedade medieval não tenha tido nenhuma mobilidade.

Creio que o grande salto qualitativo das publicações didáticas espanholas é, justamente, a questão cultural. Os autores se esforçam por apresentar uma gama variada de manifestações culturais da Europa medieval em geral e da Península Ibérica em particular. Assim, é possível que os estudantes possam olhar a Idade Média como uma civilização que produziu cultura, não somente na construção de Igreja – estilos da arquitetura românica e gótica –, mas, também, na poesia, literatura e educação. É evidente que a cultura profana dos *goliardos* e outras manifestações pouco conhecidas dos medievais ainda não aparecem. Os

⁸ Um interessante trabalho de investigação sobre América Latina nos manuais e programas de História do sistema educativo espanhol fizeram as professoras Teresa Cañedo-Argüelles, María del Rosario Peludo Gómez, Pedro Pérez Herrero, Eva Sanz Jara e Inmaculada Simón.

livros didáticos brasileiros, em sua maior parte (pois hoje já temos manifestações culturais diversas em certos livros) reduzem a cultura medieval ao românico e ao gótico.

Somos levados a reconhecer que estamos fazendo uma breve comparação entre dois países e duas nacionalidades muito diferentes, mas, apesar disso, ainda podemos encontrar muitas semelhanças no que se refere ao tratamento da Idade Média. Mas, as diferenças deixam ver que se trata da diferenciação entre um país que teve Idade Média, tal como a reconhecemos, temporal e espacialmente, e se reconhece nessa Idade Média e a partir dela olha para sua atualidade – desde as questões culturais até as questões das nacionalidades –, e um país que não se reconhece e não se identifica com a Idade Média, exceto na pesquisa universitária. Os brasileiros, em geral, olham para a Idade Média como algo muito distante do seu fazer cotidiano, de seu modo de pensar e de ver o mundo. Os medievalistas brasileiros têm um duro trabalho para mostrar que a civilização brasileira muito tem da Idade Média europeia, que muito daquilo que fazemos todos os dias é herança da Idade Média.

Um exemplo muito interessante é a poesia de cordel do nordeste brasileiro que faz referência a Carlos Magno, herança das *hojas volantes* muito populares em Portugal na Idade Moderna. Assim como tem, indubitavelmente, dos povos. Hoje estudiosos da Idade Média têm se interessado por esse fenômeno no Brasil.

Por outro lado, as publicações didáticas brasileiras e o ensino de História, muito mais do que na Espanha, mas também, em função do caráter da formação histórica do Brasil e talvez a formação de nossos historiadores, tem uma preocupação muito significativa, nos dias de hoje, com o Outro, com a diversidade cultural, sobretudo, com a questão da história da África. Como já disse antes, os longos anos de escravidão deixaram marcas muito fortes quanto ao preconceito racial no Brasil. As modificações nos livros de textos e no ensino de História, que ainda são muito tímidas, estão ocorrendo em função das pressões da sociedade civil pela necessidade de oferecer oportunidades de vida para aqueles que por longos anos tiveram cerceadas suas possibilidades.

Bibliografia

- FONSECA, Selva Guimarães. (2004) *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, SP: Papyrus.
- LE GOFF, Jacques. (2004) *En busca de la Edad Media*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2003) *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- _____. (1994) *O imaginário medieval*. Lisboa, Editorial Estampa.
- _____. (1980) *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PEREIRA, Nilton Mullet & GIACOMONI, Marcello Paniz. (2008) *Possíveis Passados: representações da Idade Média no Ensino de História*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- PEREIRA, Nilton Mullet (Org.); BALDISSERA, José Alberto (Org.). (2006) *Idade Média e Cinema*. Periódico. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos.
- SERGI, Giuseppe. (2001) *La Idea de Edad Media*. Barcelona, Crítica/Biblioteca de bolsillo.

Libros de texto utilizados

Brazil

- F. T. D. *Elementos de Historia Universal – para uso dos gymnasios*. Rio de Janeiro: Livraria Paulo de Azevedo & C^a, 1923(a).
- MARINO, Denise Mattos & STAMPACCHIO, Léo. *Série Link do tempo - História (7ª série) – 2005*.
- ORDÓÑEZ, Marlene. *História Geral. 7ª série*. Marlene Ordoñez e Antonio Luiz de Carvalho e Silva. São Paulo, IBEP, 1980, (p. 138).
- PEDRO, Antonio. *História Geral: Pré-história, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea: 2º Grau* [Por Antonio Pedro e Florival Cáceres]. São Paulo, Ed. Moderna, 1978.
- PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. *História e Vida: da pré-história à Idade Média*. São Paulo: Ática, 1990, (p. 123).
- VITÓRIO, João Pereira. *História Geral – 1ª série Ginásial*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1943.

España

- Ciencias Sociales. Geografía e Historia. 2 ESO*. Antonio Morales Pérez (Coordinador); Mateo Jiménez Belmonte; José Rodríguez Rodríguez; Ricardo Ruiz Pérez. Brunõ..
- Ciencias Sociales. Geografía e Historia. 2 ESO*. Francisco Fera Ruiz; Francisco José Navarro Ângulo; Jordi Pàmies Rovira; Francisco Javier Rodríguez. EDEBÉ. Barcelona. 2003.
- Ciencias sociales, 2º ESO, Madrid*. Torre Díaz, José Luis de la; Javier Osset Martín (Coord.)... [et al.]. Aravaca, Madrid: McGrawHill, [2008]
- Ciencias Sociales. Geografía e Historia. 2 ESO*. Nuria Carreras Vidal; Augustín G. Larios; Montserrat Gil Mercader; Mercè Miranda Álvarez; Jordi Piera Vilardell; Ester Segarra Montener. Grupo Edebé, Barcelona.
- Historia, Curso Segundo. ESO*. F. Luis MARTINEZ Villar; Francisco Porcel Higuera; Jesús Tallón Moreno. EDITORIAL EDITEX, S.A. Madrid, 2008.
- Comunidad de Madrid - Bachillerato - 2º - Historia 2*. Prats Cuevas, Joaquim; Trepal Carbonell, Cristòfol-A.; Castelló Traver, José Emilio; Fernández Cuadrado, Manuel; García Abadía, María Camino; Loste Rodríguez, María Antonia; Valdeón Baroque, Julio. GRUPO ANAYA,S.A.(EDUCACIÓN). Madrid, 2009.
- Comunidad de Madrid - Bachillerato - 2º Historia 2*. García de Cortázar Ruiz de Aguirre, Fernando; Donézar Díez de Ulzurrun, Javier M.^a; Valdeón Baroque, Julio; Fernández Cuadrado, Manuel; Gamazo Largo, Angel. Madrid, 2007.
- Ciencias Sociales, geografía e historia*. Educación Secundaria. M. Garcia Sebastián [et al.]. Vincens Vives, Barcelona, 2004.
- Proyecto Exedra, Ciencias Sociales, 2 Eso (Andalucía)*. Celia Carrasco Márquez. OXFORD EDUCACION, San Fernando de Henares, ES.